

O impacto do PNAIC na prática pedagógica de professores da pré-escola de uma cidade da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro**The impact of the PNAIC on the pedagogical practice of pre-school teachers in a city in the metropolitan region of the state of Rio de Janeiro**

Recebimento dos originais: 09/12/2018

Aceitação para publicação: 10/01/2019

Paula Brandão Campos

Mestranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense

Instituição : Universidade Federal Fluminense

Endereço : Estrada do Itararé, 1000 bloco 3 apto 304 - Ramos, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

E-mail: paulinhabc2@gmail.com

Pablo Silva Machado Bispo dos Santos

Doutor em Ciências Humanas - Educação pela PUC-Rio

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Endereço: Rua Estados Unidos, 122/301 - Parque Hotel, Araruama – RJ, Brasil

E-mail: pablobispo@id.uff.br

RESUMO

A Educação Infantil é a etapa inicial da Educação Básica no nosso país, isto é, a base da educação brasileira. E muito se tem investido nos últimos anos em formação continuada dos docentes, inclusive dos que lecionam nessa etapa. Um dos programas governamentais elaborados como política pública de formação continuada para professores da Educação Infantil, especificamente para os professores que trabalham com crianças de quatro e cinco anos, foi o PNAIC – Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa. Esse trabalho tem por intuito dissertar sobre a Educação Infantil no nosso país, sobre a formação continuada de professores e em compreender a relação da inclusão dessa etapa de ensino num programa de formação voltado para a alfabetização. Pretende-se alfabetizar os alunos da pré-escola? Aprofundando mais o estudo, serão entrevistados professores da rede de ensino do município de Nova Iguaçu, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, e que fez adesão a esse programa do governo federal para a formação continuada do seu corpo docente da pré-escola e que participaram do mesmo. Quais as impressões e representações do PNAIC para esses profissionais? Uma questão que tem a pretensão de ser respondida ao longo desse trabalho.

Palavras-chave: PNAIC. Política pública. Formação de professores. Formação continuada. Educação infantil. Pré-escola. Professores. Docentes. Prática pedagógica

ABSTRACT

Early Childhood Education is the initial stage of Basic Education in our country, that is, the basis of Brazilian education. And much has been invested in recent years in continuing education of teachers, including those who teach at this stage. One of the government programs developed as a public policy for continuing education for pre-school teachers, specifically for teachers working

with children aged four and five, was the PNAIC - National Pact for Literacy in the Right Age. The purpose of this work is to teach about infant education in our country about continuing teacher education and to understand the relation between the inclusion of this stage of education in a literacy training program. Do you want to teach pre-school students? To further deepen the study, will be interviewed teachers of the educational network of the municipality of Nova Iguaçu, located in the metropolitan region of the state of Rio de Janeiro, and that made adherence to this program of the federal government for the continued training of its faculty pre- school and who participated in it. What are the impressions and representations of the PNAIC for these professionals? An issue that has the pretension to be answered throughout this work.

Keywords: PNAIC. Public policy. Teacher training. Continuing education. Child education. Pre school. Teachers. Teachers. Pedagogical practice

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a etapa inicial da Educação Básica no nosso país. E muito se tem investido nos últimos anos em formação continuada dos docentes, inclusive dos que lecionam nessa etapa. Um dos programas governamentais elaborados como política pública de formação continuada para professores da Educação Infantil foi o PNAIC – Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa. Esse trabalho tem por intuito dissertar sobre a Educação Infantil no nosso país, sobre a formação continuada de professores e em compreender a relação da inclusão dessa etapa de ensino num programa de formação voltado para a alfabetização. Pretende-se alfabetizar os alunos da pré-escola? Aprofundando mais o estudo, serão entrevistados professores da rede de ensino de um município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro que fez adesão a esse programa do governo federal para a formação continuada do seu corpo docente da pré-escola e que participaram do mesmo. Qual o impacto do PNAIC na prática pedagógica desses profissionais? Uma questão que tem a pretensão de ser respondida ao longo desse trabalho.

Como professora da Educação Infantil de escola da rede pública, comecei a preocupar-me com a formação dos professores da Educação Infantil, principalmente a continuada, sendo essa a etapa inicial da Educação Básica e onde as crianças iniciam a sua vida escolar. Percebia a escassez de formações oferecidas, principalmente em serviço, já que muitos profissionais não têm a possibilidade de fazer alguma formação fora do horário de trabalho devido às suas duplas ou triplas jornadas. Eram escolhidos professores, geralmente um por instituição, para que participassem dessas formações continuadas. Esses professores tinham o papel de serem multiplicadores em suas instituições do que foi aprendido nesses cursos.

Devido a essa preocupação com a formação continuada dos docentes da Educação Infantil, resolvi pesquisar quais as políticas públicas existentes num município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Deparei-me, então, com a adesão desse município ao PNAIC – Pacto

Nacional da Alfabetização na Idade Certa – voltado à formação continuada de professores da pré-escola, parte integrante da Educação Infantil voltada a crianças de quatro e cinco anos.

O município pesquisado é a cidade de Nova Iguaçu, localizada na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, possuindo uma área de 523,888 km², população estimada pelo IBGE (2017) em 798.647 habitantes, sendo o 4º do estado e o 24º do país no ranking de cidades mais populosas. De acordo com dados do IBGE do ano de 2008, o município tem um PIB (Produto Interno Bruto) em R\$ 8.359.928,420 mil e PIB *per capita* de R\$ 9.771,98.

A prefeitura deste município, segundo a sua secretaria de educação, estabeleceu, como um dos objetivos em relação à Educação, a alfabetização dos alunos da sua rede de ensino até os sete anos de idade, isto é, até o segundo ano de escolaridade, antes mesmo da aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao final do ano de 2017.

Com a diminuição da faixa etária para se formar alunos leitores e escritores fluentes que era até o 3º ano de escolaridade/ até os 8 anos de idade e que, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), passou a ser até o 2º ano de escolaridade/ até os 7 anos de idade de se inserir os professores da pré-escola num curso que tem por objetivo a alfabetização, fica um questionamento: se realmente não se pretende formar esses professores para preparar os seus alunos para o primeiro ano de escolaridade, antiga Classe de Alfabetização, porque a Educação Infantil está inserida num curso de formação de professores alfabetizadores?

Profissionais da rede de ensino do município pesquisado que estão inseridos nesse programa de formação continuada se questionam sobre o porquê de se incluir esses profissionais da pré-escola, que engloba os alunos de quatro e cinco anos, num curso voltado especificamente para alfabetização se sempre foi enfatizado em outros cursos isolados de formação continuada promovidos pela rede com embasamento em documentos legais que este não é o objetivo da educação infantil. Sempre se priorizou nesses cursos, como o Tecendo Ideias II no ano de 2015, que o objetivo da educação infantil, como citado anteriormente, é o brincar e a interação, nunca a preparação para a alfabetização, como acontece na maioria das escolas da rede privada de ensino.

Por que escolhi especificamente esse município? Esse município foi escolhido por demonstrar um engajamento muito grande em fazer com que todos os seus professores que lecionam na pré-escola, assim como seus orientadores pedagógicos que atuam na educação infantil, participem dessa formação continuada dentro do seu horário de trabalho, visando melhorias nas práticas pedagógicas dos mesmos em âmbito escolar.

Partindo dessa formação continuada específica para os docentes da pré-escola, investigaremos a relação da formação continuada desses professores. Qual a ligação que esses profissionais estabelecem entre a formação continuada e sua prática pedagógica.

O porquê de escolher essa etapa da Educação Infantil se justifica pela obrigatoriedade de matrícula pelos pais ou responsáveis de crianças a partir de quatro anos de idade pela Lei nº 12.796 de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Com a regulamentação dessa lei, as crianças da faixa etária citada devem frequentar a escola, não sendo mais algo opcional para seus pais ou responsáveis, assim como descrito no artigo 4.

Qual objetivo de se inserir professores da pré-escola num curso de formação continuada que tem por objetivo a alfabetização em língua portuguesa e matemática se a Educação Infantil, de acordo com documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não tem por objetivo alfabetizar as crianças e nem prepará-las para a alfabetização?

De acordo com o artigo 9º das DCNEI, a Educação Infantil tem por objetivo desenvolver atividades que tenham como norteadores o brincar e a interação.

Questiona-se, então, qual o objetivo desta formação continuada para professores da Educação Infantil. Pretende-se alfabetizar as crianças na Educação Infantil (pré-escola)? Como se dá essa formação continuada? Quais impactos dessa formação continuada na prática pedagógica dos professores que participaram dela?

Partindo desse objetivo, surgem algumas questões que procurarão ser respondidas ao longo dessa pesquisa, tais como: Quais os objetivos da formação continuada em serviço para professores da Educação Infantil (PNAIC) em uma política pública voltada para a formação continuada para a alfabetização? Qual a importância da formação continuada para a prática docente? Qual a possível relação da formação continuada PNAIC com a prática pedagógica de docentes da rede em questão?

A preocupação com a formação continuada dos docentes não é recente. Muito se vem discutindo sobre o tema não apenas no Brasil como em outros países. A literatura sobre o tema e as pesquisas crescem a cada ano, se preocupando com a continuidade da formação desse profissional, formação essa que não deve se findar na formação inicial, seja ela no Curso de Formação de Professores, seja ela na graduação. Ratificando esse pensamento, Candau (2011, p.52) ressalta:

A preocupação com a formação continuada dos profissionais da educação não é nova. É possível afirmar que tem estado presente em todos os esforços de renovação pedagógica promovidos pelos sistemas de ensino ao longo dos tempos. Basta fazer um pouco de memória das experiências realizadas nos últimos anos no nosso país que se apresentam como inovadoras. Seja no nível dos diferentes sistemas de ensino,

como de centros educativos, para constatar que o componente orientado à preparação dos professores para sua realização tem sido uma constante.

Sempre se buscam novas práticas em relação ao trabalho na Educação Infantil respeitando as características do desenvolvimento infantil da faixa etária atendida por essa etapa de ensino. Sendo assim, faz-se necessário buscar uma identidade para a Educação Infantil, para a prática docente realizada, evitando equívocos que possam comprometer o desenvolvimento na vida escolar futura das crianças. E ouvir os professores que lidam diariamente com essas crianças torna-se essencial, não podendo ignorar o saber docente, sua experiência, como Candau (2011) enfatiza que “todo processo de formação continuada tem que ter como referência fundamental o saber docente, o reconhecimento e valorização do saber docente”. (p.55)

Foram entrevistados para esse trabalho a coordenadora do PNAIC no estado do Rio de Janeiro, a responsável pelo PNAIC no município de Nova Iguaçu e quatro professoras da pré-escola de uma escola dessa rede que participaram desse curso de formação continuada.

Segundo May (2004, p.140) “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”. E a escolha pelas entrevistas semiestruturadas nessa pesquisa se justifica, como dito por May (2004, p.143), da seguinte forma:

As perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade. As informações sobre idade, sexo, ocupação, tipo de domicílio e assim por diante podem ser perguntadas em um formato padronizado. O entrevistador, que pode buscar tanto o esclarecimento quanto a elaboração das respostas dadas, pode registrar informação qualitativa sobre o tópico em questão. Isso permite que ele tenha mais espaço para sondar além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado.

De acordo com a coordenadora estadual, a Educação Infantil foi incluída no PNAIC para atender os professores da pré-escola com o objetivo de que as crianças dessa etapa de ensino fossem inseridas no mundo letrado, da leitura e da escrita, a partir das práticas docentes, sempre buscando seguir as diretrizes para a Educação Infantil onde tem o brincar e a interação como pilares para o trabalho pedagógico.

A partir da entrevista com a responsável pelo PNAIC no município, a adesão foi feita por haver um comprometimento deste com a formação continuada de seus profissionais, onde seus formadores foram escolhidos através de análise de currículos (os formadores são profissionais

concursados da educação da rede de ensino municipal). A partir dessa escolha, foram montadas 15 turmas, com professores da pré-escola e orientadores pedagógicos.

Para compreendermos o impacto dessa política pública na prática docente, foram entrevistados, separadamente, quatro professores que lecionam com turmas de quatro e cinco anos numa escola da rede municipal de ensino da cidade de Nova Iguaçu, onde todos foram unânimes em apontar a importância do PNAIC no fazer pedagógico delas. Todas relataram que tiveram um receio no início quando foram convocadas a participar do curso, sendo ele um curso formado para professores alfabetizadores, pensando que teriam que alfabetizar seus alunos antes do primeiro ano de escolaridade, na Educação Infantil. Contudo, todas afirmaram que se surpreenderam com o curso e que o mesmo as ajudou a olhar a criança de uma forma diferenciada, como um indivíduo que já tem uma bagagem antes de entrar na escola, que já possui conhecimentos prévios. Também falaram que repensaram a prática delas, pois perceberam que era possível trabalhar com sequências didáticas e inserir os alunos no mundo da leitura e escrita de uma forma lúdica e sem o objetivo de alfabetizá-las, com contação de histórias diversificadas, escritas coletivas, atividades com os nomes próprios deles, com o desenvolvimento da oralidade, com músicas, jogos, dentre outras atividades. Perceberam que era possível fazer com que os alunos participassem de práticas pedagógicas dentro de um ambiente letrado, de uma maneira prazerosa, sem a cobrança de que os mesmos tivessem que aprender a ler e escrever, já que o mundo letrado faz parte da cultura dessas crianças, não apenas a leitura e escrita, mas as expressões artísticas também. Estas professoras entrevistadas apontaram pela necessidade de se continuar com outras formações continuadas como essa para que elas conhecessem mais sobre o desenvolvimento e aprendizado infantil e conseguisse, em trocas com seus pares, novas ideias para o aprimoramento de suas práticas em sala de aula.

Quem trabalha no meio educacional, principalmente em escolas da rede pública de ensino e em secretarias de educação, está sempre em contato com essas políticas públicas educacionais formuladas e implementadas pelos governos. E algumas dessas políticas dizem respeito ou englobam a formação continuada de docentes.

A formação continuada para professores tem como objetivo fazer com que os docentes repensem sua prática e a transformem, buscando novos caminhos em prol da aprendizagem dos alunos. Todavia, os professores são autores da sua prática, buscam uma identidade com seu fazer pedagógico e imprimir a sua identidade no mesmo. A formação continuada não pode ter a pretensão de padronizar o trabalho dos docentes, vista a necessidade de se respeitar a identidade do professor. Ele tem que se identificar com o seu trabalho, com a sua prática. Não se pode querer que um país tão vasto com diferentes características de acordo com as suas regionalidades tenha uma mesma formação e queira que todo mundo queira trabalhar de forma igual. Cada local terá suas exigências,

assim como no município pesquisado nesse trabalho. Uma escola rural possui características diversas de uma escola rural, assim como a comunidade atendida pela escola urbana é diferente da comunidade atendida por uma escola de campo. A formação continuada deve ter o cuidado de respeitar as peculiaridades de cada realidade escolar, de cada prática pedagógica, de cada alunado atendido.

Portanto, toda política pública de formação continuada de professores está sujeita a diferentes interpretações e recriações pelos mesmos na sua prática em sala de aula. Como dito por Ball e Bowe em Mainardes (2006, p. 53):

(...) o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para estes autores, o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”.

O professor não é um profissional passivo, que aceita ordens e apenas as executa sem questionar, repensar, reformular. Um profissional que forma pessoas, que as leva a interpretar também é uma pessoa que interpreta, vê além do que lhe é apenas transmitido. Mainardes complementa (2006, p. 53):

Esta abordagem, portanto, assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas.

Ainda citando Ball e Bowe (apud Mainardes 2006, p. 53) sobre a temática aqui discutida:

Os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...). Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes.

Portanto, não tem como pensarmos a prática profissional do professor sem pensarmos na sua formação continuada e, conseqüentemente, na formação de um profissional reflexivo, que reflete não apenas no seu fazer pedagógico, mas como um ser social que faz uma reflexão como indivíduo

e como aquele que forma outros seres sociais que trazem consigo tudo aquilo que os compõem e que os influencia. Só tem como saber como lidar com tudo aquilo que o cotidiano escolar lhe impõe se ele compreender tudo aquilo que vem por trás desse cotidiano e que influenciará toda a sua dinâmica.

Dessa forma, Gatti (2003,p.192) ressalta que:

Trabalhos sobre formação em serviço ou continuada e desempenho de professores têm analisado as dificuldades de mudança nas concepções e práticas educacionais desses profissionais em seu cotidiano escolar. Em geral os mentores e implementadores de programas ou cursos de formação continuada, que visam a mudanças em cognições e práticas, têm a concepção de que, oferecendo informações, conteúdos, trabalhando a racionalidade dos profissionais, produzirão a partir do domínio de novos conhecimentos mudanças em posturas e formas de agir. As limitações dessa concepção têm sido tratadas pela pesquisa e literatura em psicologia social, que chamam a atenção para o fato de que esses profissionais são pessoas integradas a grupos sociais de referência nos quais se gestam concepções de educação, de modos de ser, que se constituem em representações e valores que filtram os conhecimentos que lhes chegam. Os conhecimentos adquirem sentido ou não, são aceitos ou não, incorporados ou não, em função de complexos processos não apenas cognitivos, mas, socioafetivo e culturais. Essa é uma das razões pelas quais tantos programas que visam a mudanças cognitivas, de práticas, de posturas, mostram-se ineficazes. Sua centralização apenas nos aspectos cognitivos individuais esbarra nas representações sociais e na cultura de grupos.

São vários fatores, como dito acima, que poderão fazer com que um professor possa aceitar ou não a mudança proposta pela formação, não podendo se conceber esse profissional apenas como um ser cognitivo. E respeitar todos esses aspectos e levando-os em consideração pode fazer com que um programa de formação continuada seja bem aceito ou não, que seja um agente de mudança da práxis ou não. Ao oferecer uma política de formação para um grupo de professores é preciso que se tome cuidado em não impor uma mudança na prática sem ouvi-los, sem respeitar as suas formas de pensar a profissão, sua experiência e o que eles trazem na bagagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

Conferência Nacional de Educação de 2014. CONAE 2014. *Documento final*.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

GATTI, Bernardete Angelina e BARRETO, Elba Siqueira de Sá (coord.). Professores do Brasil: impasses e desafios. – Brasília: UNESCO, 2009.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina (orgs.). Educação infantil: formação e responsabilidade. 1ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de Políticas educacionais. *Educ. Soc.*, campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.